Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, "mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito". Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre "A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI". Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Dirteito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Claudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o dialogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ , Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianopólis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

Apresentação

Esta obra, que contempla um conjunto de capítulos rigorosamente selecionados para a apresentação no XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB, destaca-se pela profundidade nos temas propostos. Temas estes que abordaram sobre as temáticas "Direito e Sustentabilidade".

O primeiro capítulo, intitulado "A AMBIENTALMENTE INSUSTENTÁVEL DESVIRTUAÇÃO DOS MECANISMOS PREVISTOS NA LEI ROUANET" os autores Diego de Oliveira Silva e João Batista Moreira Pinto buscam demonstrar a insustentável desvirtuação de mecanismos que constam na Lei Rouanet.

Fernanda Aparecida Mendes e Silva Garcia Assumpção e Cecília Bicalho Fernandes no artigo intitulado "A CRISE HÍDRICA À LUZ DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA", tratam sobre importante temática, a crise hídrica sob o olhar econômico.

Em "A IDENTIFICAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA NA ATUAÇÃO DOS RAMOS DO DIREITO AMBIENTAL E SANITÁRIO" o autor, Nicolau Cardoso Neto busca demonstrar de que forma a identificação de equivalência atua no direito ambiental e sanitário.

Matheus Simões Nunes realiza um análise crítica sobre a proteção constitucional do meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro em seu artigo denominado "A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E AS TEORIAS DO DECRESCIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA".

Em "ACESSO À ÁGUA, UM DIREITO UNIVERSAL" os autores Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho e Ronaldo Cezar Da Cunha Bazi dissertam acerca do acesso a água, não somente como um bem, mas como um direito universal dos cidadãos.

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger em seu trabalho intitulado "COMUNIDADES INDÍGENAS, SÍTIOS SIMBÓLICOS: EM BUSCA DAS SIGNIFICAÇÕES LOCAIS (RIQUEZAS NATURAIS E CULTURAIS)" procura relatar sobre as significações locais das riquezas naturais e culturais.

Em "DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL" a autora Elenise Felzke Schonardie disserta acerca das cidades sustentáveis, e do direito à cidade sustentável.

Rafael Henrique Gonçalves aborda em seu artigo intitulado "DIREITO DAS MINAS: A EXPLORAÇÃO MINERÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE" a problemática da exploração mineraria em áreas de preservação permanente.

Em “DIREITO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DIÁLOGOS ENTRE DIREITO E DESENVOLVIMENTO” as autoras Isabelli Cruz de Souza Neves e Vanessa De Araújo Porto realizam reflexões e diálogos entre direito e desenvolvimento sob a ótica do direito do trabalho e do desenvolvimento sustentável.

Maria Clara Damião de Negreiros e Patrícia Borba Vilar Guimarães em seu artigo denominado “INFLUÊNCIA DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL” desenvolvem um texto interessante ressaltando a influência dos royalties do petróleo no desenvolvimento do Brasil.

Em “O ACESSO A INFORMAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL” a autora Gabriela Soldano Garcez ressalta a importância da informação como um instrumento de construção do desenvolvimento sustentável a partir da conscientização ambiental.

Fernando Rodrigues da Motta Bertoncello e Thais Cintia Carnio em seu artigo intitulado “O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM DIÁLOGO COM A INTERVENÇÃO ESTATAL FINANCEIRA: A PROPOSTA QUE SE TORNOU RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL” apresentam em seu trabalho diálogos entre o desenvolvimento sustentável e a intervenção estatal, e como resposta a ele, uma proposta que se tornou uma resolução do Conselho Monetário Nacional.

Em “O DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COM A INCLUSÃO DA CLÁUSULA VERDE NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS” de autoria de Lauren Lautenschlager e Geny Marques Pinheiro, trata sobre a inclusão da cláusula verde nas licitações e contratações públicas.

Continuando temos o artigo “O DIREITO CONSTITUCIONAL E AS PRÁTICAS ADOTADAS PARA ESTÍMULO À SUSTENTABILIDADE NO DIREITO COMPARADO: BRASIL E EUA” de autoria de Eduardo Henrique Puglia Pompeu e Eriton Geraldo Vieira que a partir de um panorama da evolução do Direito Ambiental, traçam interessante paralelo entre as políticas de incentivo ao direito sustentável dos governos brasileiro e estadunidense ainda que reconhecendo distinções em diversos aspectos, notadamente de ordem econômica e social.

Glaucia Cardoso Teixeira Torres e Tânia Lobo Muniz colaboram trazendo o artigo “O ENFRAQUECIMENTO DA ESTADO NACIONAL DIANTE DO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO” no qual Estado Nacional, Soberania e Globalização são o ponto central de uma interessante análise, desde a internacionalização do processo produtivo até a emergência da desterritorialização, chegando na busca pelo bem comum e no desenvolvimento integral de cada ser humano.

Em mais um artigo com temática água, “O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 12.651/2012), ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E OS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE OS LEITOS DE ÁGUA” de autoria de Alcian Pereira de Souza e Vitor Berenguer Barbosa Junior bem é retratada a evolução e involução (em garantias protetivas) do novo Código Florestal.

“O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOB O PRISMA DA SUSTENTABILIDADE” de Giovanna Paola Batista de Britto Lyra Moura e Manoel Alexandre Cavalcante Belo analisa o que chama “do novo papel do direito frente às mudanças sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelo mundo no contexto moderno”, colocando o critério da intencionalidade como protagonista da ampliação das liberdades e da sustentabilidade.

Luiz Fernando Zen Nora e Paulo Roberto Colombo Arnoldi contribuem com o artigo “OS DIREITOS HUMANOS E SUA EFICÁCIA ATRAVÉS DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA” no qual é profundamente analisada a responsabilidade social empresarial enquanto fator contributivo ao para uma sociedade mais igualitária, seja de maneira espontânea ou provocada.

“POLÍTICA URBANA AMBIENTAL COMO CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE” de Cássio Alberto Arend parte do princípio democrático para propor discussão acerca da sustentabilidade da cidade a partir da análise das políticas públicas ambientais urbanas.

Já Hertha Urquiza Baracho e Rafaella Luíza Carneiro Santos no trabalho intitulado “PROIBIÇÃO DO RETROCESSO (SOCIO)AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” que verifica a partir da ideia de proibição de retrocesso social e da necessidade da interpretação sistemática da Constituição Federal e existência de uma proibição do retrocesso (socio)ambiental.

A “Responsabilidade das empresas por violações de direitos humanos: análise dos tipos de Cumplicidade”traz a baila o que chama de “formas de cumplicidade empresarial” pela participação em violações de direitos humanos efetuadas por terceiros, parte do relatório “Clarifying the concepts of ‘sphere of influence’ and ‘complicity’” elaborado pelo Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, John Ruggie, em temática relevante e pouco explorada.

“SOLIDARIEDADE E FRATERNIDADE APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INCERTEZA DO EXERCÍCIO DE DETERMINADOS DIREITOS ADQUIRIDOS PRETERITAMENTE ÀS FUTURAS GERAÇÕES” é o trabalho em que Fabrizio Cezar Chiantia demonstra que a falta de efetividade de alguns direitos trará insegurança jurídica às futuras gerações pois, segundo o autor, a mitigação da sustentabilidade será consequência da degradação contínua do ambiente pelo homem.

Joaquim Basso contribui com o artigo “SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO AGRÁRIA E O DIREITO” no qual aborda com propriedade tema relevante e fundamental na contemporaneidade; a erradicação da pobreza e da fome, a mitigação de efeitos das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a multifuncionalidade dos usos da terra são alguns dos tópicos explorados.

O artigo “SUSTENTABILIDADE EM UMA CONJUNTURA DE CRISE AMBIENTAL: NOÇÕES PRELIMINARES” de Marcia Glebyane Maciel Quirino auxiliará os leitores a compreender a crise ambiental, que é, segundo a autora explica, uma crise de percepção. A concentração social e espacial de rendas e riquezas não pode ser olvidada na análise de uma economia ambientalmente sustentável e é determinante em uma conjuntura de insustentabilidade futura, injustiça social e declínio da qualidade de vida.

“TRABALHO DIGNO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: A UTOPIA DA REDUÇÃO DA POBREZA POR MEIO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO” é o artigo que encerra – de maneira brilhante – o presente livro, MARCUS MAURICIUS HOLANDA e DIRLEY DANIELLE DE FREITAS LIMA CAMURÇA abordam o crescimento social e econômico, bem como o trabalho digno; a globalização e o crescimento social do trabalhador enquanto construtores do desenvolvimento nacional, também são explorados.

Nós, ora prefaciadores, ficamos especialmente honrados em participar de mais um Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa em Direito – CONPEDI, coordenando o Grupo de Trabalho que deu nome ao presente livro e temos certeza que os leitores serão brindados com trabalhos de temática atual, de qualidade e capazes de instigar o estudo do Direito Ambiental.

Coordenadores:

Prof. Dr. Ruy Cardozo de Mello Tucunduva Sobrinho – UNINOVE

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – UFSM